



Mínimo de R\$ 667 e PIB de 5,5% em 2013

Números fazem parte do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviado ao Congresso pelo governo. Crescimento do PIB ficaria bem acima de estimativas feitas pelo mercado para 2012, em torno de 3%

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, apresentou na sexta-feira o projeto da LDO 2013, que já chegou para avaliação do Congresso. O texto traz previsões para a economia do país nos próximos três anos. O salário mínimo, hoje em

R\$ 622, deve passar para R\$ 667,75 em 2013, R\$ 729,20 em 2014 e R\$ 803,93 em 2015. Já o PIB crescerá 5,5%, 6% e 5,5% respectivamente. Ainda segundo o governo, a taxa básica de juros, atualmente em 9,75% ao ano, cairá progressivamente para 9%, 8,5% e 8%. **3**

Sarney promete rapidez na instalação de CPI mista sobre caso Cachoeira

Só pressão popular avança investigações, avalia Simon

2

Judiciário lança central com banco de dados na internet

José Sarney participou, na sexta-feira, do lançamento da primeira etapa da Cnipe, sistema que reunirá dados de todos os tribunais e cartórios do país, permitindo acesso de internautas a informações sobre o andamento de processos que tramitem em qualquer ramo do Judiciário. **4**



Roberto Gurgel, Sarney, Cezar Peluso, João Oreste Dalazen e Ophir Cavalcanti, no STF, em cerimônia de lançamento de banco de dados criado pelo CNJ

Jane de Araújo/Agência Senado

Em 5 anos, campo perde 18% das escolas; para especialistas, educação rural está abandonada **4**



Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate programas do MEC voltados para escolas rurais

Plenário faz homenagem póstuma a Waldemar Alcântara, ex-senador e ex-governador do CE **4**



O senador José Pimentel discursa na sessão de homenagem ao político cearense Waldemar Alcântara, morto em 1990

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Dia do Índio terá homenagem e é lembrado por Cristovam

Sessão solene celebra hoje, às 11h, o Dia do Índio (19 de abril), que para Cristovam Buarque deve servir como reflexão sobre a qualidade da educação no país. **3**

Dia do Índio na região de Raposa Serra do Sol: para Cristovam, Brasil comete mais um genocídio, dessa vez contra crianças



Antonio Cruz/ABR

Senador diz que só pressão popular, por meio de organizações e da internet, com as redes sociais, vai impulsionar resultados na CPI do Cachoeira e no Conselho de Ética

Simon: mobilização avança investigações

PEDRO SIMON (PMDB-RS) se mostrou otimista em relação às investigações do Congresso sobre as denúncias contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) e Carlinhos Cachoeira. Ele acredita em resultados, desde que haja mobilização da sociedade, como no projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa.

— Não esperem nada do Congresso. Mas, por outro lado, pode-se esperar do povo brasileiro e dessa nova realidade mundial que envolve participação e redes sociais — argumentou Simon, na sexta-feira.

Ele lembrou que a



Arthur Monteiro/Agência Senado

Simon cita como exemplos a Ficha Limpa e o Egito

mobilização pela Ficha Limpa foi articulada por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essas instituições movimentaram não só os contatos que já possuem, como também

se utilizaram da internet para ampliar o apoio ao projeto.

— Se não fosse esse movimento, jamais a Ficha Limpa teria passado no Congresso por unanimidade — frisou.

Outro exemplo dado por ele foi o caso do Egito, onde a mobilização popular que resultou na queda de Hosni Mubarak também incluiu o uso da internet — e, em particular, as redes sociais Twitter e Facebook.

— Eu me dirijo à OAB, à CNBB e à sociedade: venham nos fiscalizar, acompanhar o Congresso e cobrar de cada um de nós — disse.

Sarney quer instalar CPI o mais rápido possível

A CPI do Cachoeira deverá ser instalada o mais rápido possível. Foi o que garantiu o presidente do Senado, José Sarney, na sexta-feira. Ele assegurou que pedirá aos líderes partidários a indicação dos nomes para o grupo assim que receber o requerimento para criação da CPI.

— Essa comissão é de consenso em toda a Casa, e a sociedade brasileira está a pedir que ela comece imediatamente seus serviços — disse Sarney.

A expectativa, segundo o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), é de que o número de assinaturas necessárias para a criação da CPI (27 senadores e 171 deputados) seja alcançado até amanhã. A presidência da CPI mista deverá ser ocupada por um senador do PMDB, e a relatoria, por um deputado do PT.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador pede equilíbrio

Alvaro: maioria e minoria devem compartilhar CPI

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), defende a ideia de que a CPI do Cachoeira tenha comando compartilhado entre maioria e minoria do Senado e da Câmara.

Para o senador, governo e oposição devem dividir responsabilidades, diante do “enorme impacto das denúncias”. — Trata-se de restabelecer uma tradição histórica — disse, em reunião do Conselho de Ética, na quinta-feira.

A CPI deve ser formada por 15 senadores e 15 deputados. Para a instalação, são necessárias assinaturas de 27 senadores e 171 deputados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

“Conselho não é inquisição”

Valadares diz que Senado vive clima de decepção

O presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmou haver no Senado um clima de “total frieza, constrangimento e decepção” em relação ao senador Demóstenes Torres, acusado de envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

Valadares lembrou, na quinta-feira, que o processo aberto no Conselho de Ética sobre eventual quebra de decoro por Demóstenes pode resultar na cassação do mandato e será conduzido com equilíbrio.

— Este é um conselho de ética, não um tribunal de inquisição.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Plenário Dia do Índio

11h Os senadores comemoram, em sessão solene, o Dia do Índio. Às 14h, pronunciamentos.

CDH Quilombolas

9h A ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, participa de audiência sobre o julgamento no STF de reconhecimento, delimitação e titulação de terras das comunidades quilombolas.

CDR Saúde no Distrito Federal e Entorno

11h O terceiro encontro do ciclo de debates sobre o desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno vai discutir a saúde pública. Entre os convidados, o secretário de Saúde do Distrito Federal, Rafael Barbosa.

CPI da Mulher Debate em Pernambuco

14h A CPI mista sobre violência contra a mulher faz audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros, é um dos convidados.

CRE Crise mundial

18h Ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira continua com audiência pública para discutir a crise no mundo e os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Terça-feira

CMA Vazamento de petróleo

8h30 Debate sobre danos ambientais causados pelo vazamento de óleo, pela empresa Chevron, na Bacia de Campos (RJ). Depois, exame do projeto sobre política urbana e do que trata de obras públicas inacabadas.

Previdência Reintegração no BB e na Aeronáutica

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social debate reintegração de ex-funcionários do Banco do Brasil e de ex-soldados especializados da FAB.

CAE ICMS de importados

10h Exame do projeto que unifica as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas.

CE Formação profissional

11h Exame do projeto que estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional.

CDR Fundo do Entorno

14h Na pauta, projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal.

Quarta-feira

CAS Regulamentação das profissões de motorista e cobrador

9h Análise de projeto sobre a regulamentação das profissões de motorista e de cobrador de transportes coletivos.

CCT Incentivo para a radiodifusão comunitária

9h Proposta que incluiu o apoio cultural ao serviço de radiodifusão comunitária entre os projetos aptos a receber recursos de incentivo está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CE Autonomia das universidades públicas

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte debate a autonomia das universidades públicas com o presidente da Associação dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, João Carlos Gomes, e outros.

CCJ Sabatina de indicado para o CNJ

10h Projeto da reforma administrativa do Senado em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Às 14h30, sabatina de Emmanoel Campelo de Souza Pereira, indicado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Quinta-feira

CI Habilitação de amadores para conduzir embarcações

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa projeto que promove mudanças na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário para dispor sobre a habilitação de amadores para condução de embarcações.

CCJ/CAE/CDR Fundo de Participação dos Estados

10h Três comissões debatem os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do DF.

Fundo de Garantia Comissão debate mudança na taxa de remuneração

11h Audiência pública da Comissão Temporária do FGTS para discutir mudança na taxa de remuneração.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões — **Plenário:** www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Para o senador, educação ruim é o terceiro genocídio do país

Cristovam: Dia do Índio e o “genocídio intelectual” infantil

Cristovam Buarque (PDT-DF) espera que as comemorações pelo Dia do Índio — que o Senado homenageia hoje, às 11h, em sessão solene no Plenário — sirvam para uma reflexão sobre o “genocídio intelectual” contra as crianças, em decorrência da exclusão escolar e da baixa qualidade da educação. Para ele, é o terceiro genocídio da história, depois do aniquilamento dos índios e de milhões de negros escravos.

— Que o 19 de abril sirva para que os índios, que tanto sofreram, nos deem uma lição para que não possamos, no futuro, ser acusados do holocausto intelectual, do holocausto de mentes que estamos provocando contra as nossas crianças — pediu.

Para Cristovam, o país tem a “obrigação fundamental” de comemorar a data, por todo o mal causado a eles em mais de 500 anos.

Desonerações colocam Previdência em risco, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) alertou na sexta-feira para as consequências que a desoneração da folha de pagamento das empresas podem representar para o caixa da Previdência Social. A preocupação dele é que a medida anunciada pelo governo para reativar setores da indústria nacional “ganhe força e acabe por impor perdas aos seus empregados, a parte mais frágil e sensível dessa relação”.

— Não é possível que, com tantos pontos a serem atacados para a redução dos custos estruturais da indústria, como os tributos incidentes sobre a atividade, sejam questionados aqueles inerentes aos direitos e garantias trabalhistas.

Paim disse que não é contra a medida, mas entende que a sociedade deve apontar “caminhos para que isso, efetivamente, não represente a falência da Previdência”.

Congresso recebeu sexta-feira o projeto do governo que aponta para o crescimento econômico e a redução da taxa de juros

Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê mínimo de R\$ 667,75 em 2013

O PROJETO DA Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, que chegou sexta-feira ao Congresso, tem valores previstos para o salário mínimo até 2015 devido ao Projeto de Lei da Câmara 1/11, aprovado pelo Senado em fevereiro do ano passado. A informação foi dada pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

— A lei estabelece política de reajustes do salário mínimo até 2015. É uma legislação clara e uma conquista importante para o país — disse a ministra.

No projeto, o valor do salário mínimo — atualmente em R\$ 622 — é previsto para R\$ 667,75 em 2013, R\$ 729,20 em 2014 e R\$ 803,93 em 2015.

Miriam informou que a meta do superávit fiscal será mantida em R\$ 155,9 bilhões (3,1% do produto interno bruto). As estatais ficam “liberadas de fazer superávit, para garantir os investimentos que o país precisa”, acrescentou.

A ministra também disse que o projeto da LDO apresenta aperfeiçoamentos para aumentar a transparência da execução orçamentária. Questionada sobre as previsões de queda nas taxas de juros, ela limitou-se a dizer que o assunto deveria ser tratado com o Banco Central.

As principais partes do projeto da LDO tratam da política fiscal, cenário econômico, metas fiscais, prioridades da administração pública e despesas obrigatórias.

O Ministério do Planejamento aposta em um crescimento real do PIB de 5,5% em 2013, 6% em 2014 e 5,5% em 2015.

Gurgacz alerta para “apagão” devido a atrasos no PAC

Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou para o risco de o país enfrentar “um apagão estrutural” com o atraso nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Os maiores problemas estariam nas áreas de transporte e saneamento.

Segundo o senador, as obras das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste já contabilizam, respectivamente, 54 e 36 meses de atraso. Na área de saneamento, ele citou estudo do Instituto Trata Brasil que detectou a conclusão — em dezembro de 2011 — de apenas 7% das 114 obras de coleta e tratamento de esgoto previstas para municípios com mais de 500 mil habitantes. O trabalho revelou paralisação ou atraso em 60% desses projetos, orçados em R\$ 4,4 bilhões.

— Precisamos acelerar as obras do PAC sob o risco de enfrentarmos um apagão estrutural e de aumentarmos ainda mais o processo de desindustrialização de nossa economia — disse.



Miriam Belchior (C) apresentou o projeto na sexta-feira, informando aumento na transparência da execução orçamentária

Segundo a ministra, o Brasil será um dos poucos países que conseguirá crescer mais em 2012 que em 2011, ajudando na recuperação do crescimento econômico mundial, “ainda puxado pelos países emergentes”.

Atualmente em 9,75%, a Selic, taxa básica da economia, está prevista para atingir o patamar de 9% em 2013, 8,5% em 2014 e 8% em 2015.

Na opinião da ministra, o Brasil reúne ótimas condições para enfrentar a atual instabilidade internacional: mercado interno dinâmico, contínua geração de emprego e renda, acúmulo de reservas, grandes investimentos públicos e privados, controle da inflação e solidez fiscal.

O índice de investimentos públicos, segundo ela, vai continuar induzindo o crescimento econômico, com destaque para a Copa do

A aposta do governo

O projeto da LDO 2013 enviado pelo governo ao Congresso traz previsões para a economia do país até 2015

PIB (em %)	SALÁRIO MÍNIMO* (em R\$)	SELIC** (em %)	SUPERÁVIT FISCAL***
2013 5,5	667,75	9	R\$ 155,9 bi (3,1% do PIB)
2014 6	729,20	8,5	
2015 5,5	803,93	8	

* Valor atual: R\$ 622
** Selic atual: 9,75%
*** Previsão para superávit fiscal mantém meta de 2012

Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ainda segundo o projeto enviado ao Congresso, o ambiente macroeconômico aponta para “uma progressiva queda das taxas de juros reais, em função dos avanços estruturais da economia brasileira, e a manutenção da política fiscal com a geração de superávits primários”.

PROPOSTA DEVE SER VOTADA PELO CONGRESSO ATÉ JULHO

De acordo com a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Executivo deve enviar o projeto da LDO ao Congresso até 15 de abril. A proposta deve ser votada até julho, devido ao recesso parlamentar. O projeto estabelece meta do resultado primário do setor público para 2013 e metas fiscais para esse ano e os subsequentes, levando em conta cenário econômico e expectativas. Pelo salário mínimo previsto, deve haver revisão na meta de crescimento de 2012, que era de 5% e agora é de pouco mais de 3%.

Requião reafirma sua preocupação com a economia

As medidas do governo para incentivar a produção industrial são positivas, mas insuficientes, na opinião de Roberto Requião (PMDB-PR). Ele alertou para o risco de paralisação do crescimento industrial.

— O discurso está correto, embora as medidas sejam tímidas — disse.

Para o senador, as ações seriam “remendos”, quando a economia requer medidas estruturais. Ele reconheceu avanços, mas disse que 46% do consumo nacional estão hoje na classe C, que enfrenta um “endividamento suicida”. Requião considera que o país não conseguirá retomar o crescimento industrial “da noite para o dia” e sugere a diversificação da agricultura nas pequenas e médias propriedades.



Roberto Requião, Agência Senado

Sarney acredita em acordo sobre dívidas dos estados

O presidente do Senado, José Sarney, disse na sexta-feira que acredita no entendimento entre o governo e o Senado em torno da proposta do Executivo de trocar o indexador das dívidas dos estados com a União.

Enquanto a ideia do governo é usar a taxa básica de juros (Selic) no lugar do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), senadores consideram mais adequado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

— Eu acredito que possamos chegar a um entendimento. O sentimento que vejo dentro da Casa é realmente de resolver esse problema das dívidas dos estados. Esses juros altos estão inviabilizando o orçamento dos estados, principalmente dos mais pobres.

Na terça-feira, Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou projeto (PLS 86/12) na linha do que os senadores desejam.

Lio de Paula/Agência Senado



Na Comissão de Agricultura, Getúlio Nunes (E), Acir Gurgacz, Antônio Lídio e Eliene Rocha avaliam positivamente as diretrizes previstas para o Pronacampo

Deficiência do ensino rural compromete futuro do país

Audiência na CRA avaliou a importância do programa do governo federal para a educação no campo, onde estão 49% das escolas brasileiras. Quase 8 mil delas nem sequer têm acesso à água potável

O CENÁRIO DA educação na área rural do país — onde 23,18% das pessoas com mais de 15 anos (quase 5 milhões) são analfabetas e 59% não concluíram o ensino fundamental — compromete o desenvolvimento do país. Nos últimos cinco anos, mais de 14 mil das 76 mil escolas existentes na área rural fecharam as portas. Esses dados foram debatidos na sexta-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que avaliou o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), lançado pelo governo federal em março. As diretrizes do programa foram, em geral, bem avaliadas pelos participantes do debate. Acir Gurgacz (PDT-RO), que preside a comissão, salientou que o Pronacampo é uma “tentativa de resposta e solução” aos problemas do campo e que o governo pretende investir

nele R\$ 1,8 bilhão. O programa prevê reforma e construção de escolas, formação de professores e melhoria nas condições de transporte dos alunos, contemplando áreas quilombolas e comunidades tradicionais. — Há muito tempo a escola rural está abandonada, os alunos percorrem enormes distâncias, atravessando rios e estradas em péssimas condições para ir às cidades — disse. Coordenador do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Getúlio Nunes disse que, com o Pronacampo, a entidade estará habilitada a oferecer educação formal e ensino tecnológico. A meta é ofertar 50 mil vagas em cursos. — O campo cresceu em tecnologia. Hoje há equipamentos computadorizados com aparelhos de localização GPS. O trabalhador precisa de formação mais completa, é preciso

ensiná-lo a operar máquinas sofisticadas — afirmou. Para a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Eliene Rocha, o Pronacampo é uma “conquista valiosa” do movimento educacional e da sociedade civil organizada. Ela disse que ninguém permanece no meio rural só porque tem escola, sendo preciso haver oportunidade de lazer, trabalho e formação. Representando o Ministério da Educação, Antônio Lídio de Mattos disse que o Pronacampo vai enfrentar o problema da educação no aspecto estrutural. Segundo ele, no meio rural, que abriga 49% das escolas brasileiras e mais de 6,2 milhões de matrículas, 182 mil professores atuam sem formação, 90% das escolas não têm internet e quase 8 mil não têm acesso à água potável.

Genildo Menezes/Agência Senado



Com o retrato do homenageado ao fundo, José Pimentel fala sobre a luta do ex-senador por melhores condições sanitárias e pela medicina preventiva

Senado homenageia Waldemar Alcântara

Em sessão especial na sexta-feira, o Senado homenageou o ex-senador e ex-governador do Ceará José Waldemar Alcântara e Silva pelo centenário de seu nascimento. Nascido em São Gonçalo do Amarante, no Ceará, em 12 de abril de 1912, Waldemar Alcântara morreu em 10 de dezembro de 1990. O presidente do Senado, José Sarney, em pronunciamento lido por Paulo Paim (PT-RS), manifestou grati-

dão pelos atos de Waldemar Alcântara na medicina e na política, destacando sua atuação como deputado estadual e federal, secretário de Educação e Saúde, senador, vice-governador e governador. José Pimentel (PT-CE), autor do requerimento de homenagem, classificou o ex-parlamentar como “um dos construtores do Ceará”. Pimentel lembrou da atuação de Waldemar Alcântara no Senado, onde denunciou

as condições sanitárias do país e defendeu a medicina preventiva. O ex-senador e ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara, filho do homenageado, disse que a vida de seu pai foi marcada por “duas devoções: a medicina e a política”. Entre as propostas defendidas por seu pai no Senado, ele lembrou a da descriminalização da maconha, que surpreendeu quem só conhecia o perfil liberal-conservador.

Banco de dados do Judiciário abre para consultas pelos internautas

O presidente do Senado, José Sarney, participou, na sexta-feira, do lançamento da etapa inicial da Central Nacional de Informações Processuais e Extraprocessuais (Cnipe), sistema que reunirá dados dos tribunais e cartórios de todo o país. A solenidade aconteceu no Supremo Tribunal Federal (STF). Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o banco de dados visa permitir a qualquer pessoa o acesso, em um único endereço na internet, a informações sobre o andamento de processos que tramitam em qualquer

ramo do Judiciário, inclusive nos tribunais superiores. Nessa primeira etapa, já estão disponíveis no portal do CNJ (www.cnj.jus.br) informações sobre cerca de 30 milhões de processos que tramitam nos tribunais de Justiça de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. **Bens bloqueados** Também já podem ser acessadas informações sobre pessoas que tiveram seus bens bloqueados pela Justiça, assim como registros de imóveis em todo o Brasil.



Sarney cumprimenta Cezar Peluso, presidente do STF, no lançamento da Cnipe

Durval pede agilidade no combate a efeitos da seca no Nordeste

Medidas urgentes são necessárias para reduzir a longa estiagem que vem comprometendo a produção no Nordeste, afirmou João Durval (PDT-BA). O senador pediu empenho do governo federal para minimizar os efeitos da seca que atinge a região, uma das piores já enfrentadas pelo Nordeste, em sua avaliação. — Eu apelo à presidente Dilma Rousseff para que adote medidas imediatas — disse.

Ele também alertou para a necessidade de o governo ampliar os investimentos no setor agrário por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo Durval, a maior parte dos recursos do órgão é destinada ao setor industrial. Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) elogiou o pronunciamento. — Acredito que o governo deverá tomar medidas urgentes porque a sede tem toda a relação com a vida e a vida não pode esperar — disse.

Anibal comemora liberação de verba para obras de rodovia

A garantia de conclusão da BR-364, rodovia que interligará todo o Acre, especialmente o Vale do Juruá e o Vale do Acre, foi comemorada por Anibal Diniz (PT-AC). Após reunir-se com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e com o governador do Acre, Tião Viana, o senador informou que os recursos previstos no calendário de obras serão liberados, garantindo o término da rodovia. A inauguração deve ser em outubro. Segundo Anibal, o ministro também garantiu a realização de convênio para recuperar toda a extensão da BR-317 — a chamada Rodovia do Pacífico — e de trecho da BR-364 que vai da divisa com Rondônia até o município de Sena Madureira. As boas condições de tráfego dessas rodovias, explicou o senador, são importantes para facilitar a exportação e desenvolver o estado. Anibal ainda cobrou dos prefeitos acrianos a rápida habilitação para receberem recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida 2.



Arthur Monteiro/Agência Senado



Arthur Monteiro/Agência Senado